



Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 556

DE 30 DE OUTUBRO DE 1995.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ADMITIR FUNCIONÁRIOS PARA O PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - PACS."

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste,
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo autorizado a admitir funcionários, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, para desenvolver ações básicas de saúde, identificar os fatores determinantes do processo saúde doença e funcionar como elo de ligação entre a população e os serviços no Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS.

Parágrafo ÚNICO - A admissão deverá ser precedido de processo seletivo, realizado pela Coordenação Estadual do Programa de Agentes Comunitários de Saúde ou outro que for designado.

Art. 2º) Os recursos para o pagamento de pessoal admitido sob o regime desta lei, serão oriundos do Ministério da Saúde através do SIA / SUS.

§ 1º) O pagamento da remuneração será efetivada pelo Município, através do Fundo Municipal de Saúde, vinculada a sua obrigatoriedade, ao repasse da verba pelo Ministério da Saúde.

§ 2º) Havendo a interrupção nos repasses, pelo Ministério da Saúde, o programa e as admissões, de que trata esta lei, serão suspensas mediante comunicado prévio, a ser realizado pela Secretaria Municipal de Saúde.



Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 556

Fl. 02

§ 3º) Os funcionários admitidos, perceberão como contraprestação dos serviços, a gratificação por produtividade, na forma do anexo a esta lei, cujo teto mínimo é estabelecido em um salário mínimo, se outro não for estabelecido pelo Ministério da Saúde.

Art. 3º) O Município atuará como órgão participante do Programa de Agentes Comunitários de Saúde e mero repassador dos pagamentos aos servidores admitidos, cuja origem da verba, tanto para o pagamento da gratificação, como para o pagamento das obrigações sociais, serão oriundos do Ministério da Saúde.

Parágrafo único - O ato de admissão fará constar as condições previstas no caput e no artigo anterior.

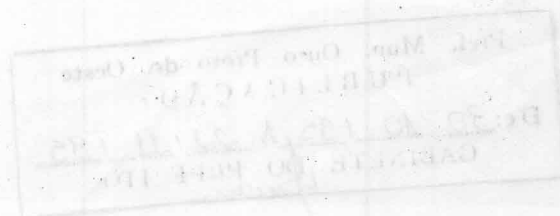
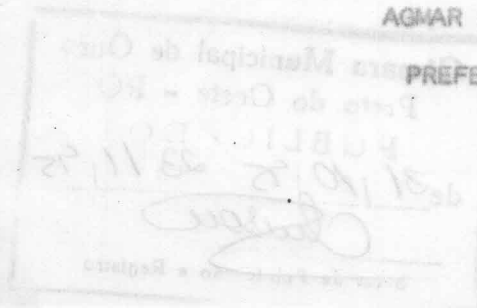
Art. 4º) O prazo de vigência do contrato de admissão, não deverá ser superior a 01 (um) ano, renovável por igual período.

Art. 5º) As despesas decorrentes desta lei, correrão à conta da dotação própria do orçamento do Município.

Art. 6º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º) Revogam-se as disposições em contrário.

AGMAR DE SOUZA GOMES
PREFEITO MUNICIPAL





Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste

GABINETE DO PREFEITO

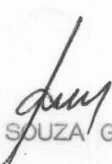
LEI Nº 556

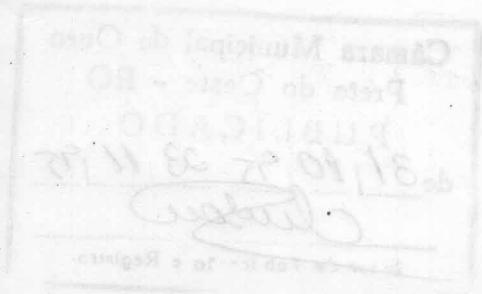
DE 30 DE OUTUBRO DE 1995.

ANEXO

EM BRANCO

FUNÇÃO	GRATIFICAÇÃO/PRODUTIVIDADE	VAGAS
Enfermeiro	1.000,00	02
Agente comunitário de Saúde	100,00	38


AGMAR DE SOUZA GOMES
PREFEITO MUNICIPAL



Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste	
PROTOCOLO	
03/11/95	Nº 358/95
RESPONSÁVEL	



AO GABINETE DO PRESIDENTE: A
 SEGUE O PRESENTE PROCESSO MONTADO NESTA DATA ATRAVÉS DOS DOCUMENTOS
 EM ANEXO AO MESMO.

Em, 03-11-95.

Olcymar Collumbetti da Silva
 CHEFE SEÇÃO PROTOCOLO
 PORT. Nº. 067/GP/CMOPO/RO/94

A Divisão Legislativa,
 segue o presente processo
 conhecimento.

Em, 03.11.95

Ana Marta Rocha
 Assessor de Gabinete
 Port. 087 / Gc / CMOPO / 95

Arquivo

Segue o presente processo
 para ser arquivado.

Em 03/10/95

Antônia Lobo Pinheiro
 SECRETARIA LEGISLATIVA
 Port. n.º 071 /GP/CMOPO/RO/95